

Polícia não tem pistas de desaparecidos em Luziânia

Delegados reconhecem para senadores e mães das vítimas que não sabem o que aconteceu com jovens sumidos em cidade goiana. **4**



Mães de jovens desaparecidos na CDH, ao lado de Cristovam Buarque e da deputada Bel Mesquita: busca por pistas

Oficiais de justiça pedem melhorias no trabalho

Aposentadoria especial e acesso a equipamentos de proteção individual: essas e outras reivindicações foram feitas ontem por oficiais de justiça em debate na Comissão de Direitos Humanos. **4**

Senado prorroga incentivo a montadoras de três regiões

Acordo entre lideranças do governo e da oposição permitiu votação em Plenário de medida provisória que estende estímulo fiscal a montadoras e fabricantes de veículos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O benefício se extinguiria em 31 de dezembro deste ano. Todas as emendas apresentadas à medida provisória foram rejeitadas e a matéria vai à sanção do presidente da Repúbli-

ca. O relator César Borges e outros senadores lembraram que a concessão do benefício, em 1999, foi resultado de uma luta iniciada dez anos antes pelo então senador Antonio Carlos Magalhães. Após a aprovação da MP,

o líder do governo, Romero Jucá, anunciou a retirada da urgência para votação do projeto que exige formação superior de professores da educação básica. Com isso, a pauta do Plenário está desobstruída. **2**

Proposta amplia poderes do Ministério da Defesa

Iniciativa do governo aprovada pela Comissão de Justiça permite às

Forças Armadas exercer de forma plena poder de polícia nas fronteiras. **5**

CCJ aprova projeto que restringe venda de fardas

Cultura reclama apoio financeiro para o setor

“Queremos DDD: ou seja, democracia, diversidade e dinheiro”, resumiu ontem o cantor Chico César em debate sobre a 2ª Conferência Nacional da Cultura. **6**

Relatos de maus-tratos contra idosos

Serviços de saúde públicos ou privados deverão notificar casos de violência contra idosos, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. **7**

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do *Jornal do Senado* de amanhã, 26 de março.

Obras federais inacabadas podem ter relatório anual

Proposta ganha apoio de especialistas em debate na Comissão de Fiscalização e Controle. **8**



Estudantes fazem manifestação em frente ao Congresso, pedindo destinação de 50% dos recursos do pré-sal para a educação

Cristina Gallo

Mais prazo para busca de acordo sobre o pré-sal

CCJ adia por uma semana votação do requerimento que interrompe tramitação do projeto de criação da Petro-Sal, para que outras propostas sejam analisadas antes. **3**

Demostenes Torres (à esq., ao lado de Wellington e Jereissati) propôs adiamento para permitir acordo



Jose Cruz

Aprovação de medida provisória, decorrente de acordo entre líderes partidários, e retirada da urgência de projeto liberam a pauta do Plenário, como lembra Romero Jucá



César Borges (E), relator da medida, e Antonio Carlos Júnior lembram papel desempenhado pelo então senador ACM

Aprovada prorrogação de incentivo a montadoras

GRAÇAS A ACORDO entre as lideranças, o Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 471/09, que prorroga incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O benefício se extinguiria no dia 31 de dezembro de 2010. Durante a votação foram rejeitadas as emendas apresentadas à medida provisória, que agora segue para sanção do presidente da República.

O benefício concedido em 1999 foi prorrogado e, de janeiro de 2011 até dezembro de 2015, essas empresas poderão apurar o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como ressarcimento das suas contribuições à seguridade social (PIS e Cofins).

A redução, gradual, é uma medida adequada, segundo o relator da MP no Senado, César Borges (PR-BA), pois “viabilizará uma transição mais suave para o momento em que cessem todos os incentivos”. Essa norma também deverá preservar parte dos benefícios para investimento

em pesquisa e desenvolvimento, segundo o senador.

Ao apresentar seu relatório, César Borges afirmou que a concessão do benefício em 1999 foi resultado de uma luta iniciada dez anos antes pelo então senador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007). A isenção na época levou a indústria automobilística para a Bahia.

– Conseguimos quebrar um paradigma de que a indústria automobilística não alcançava essas regiões menos desenvolvidas. A aprovação dessa medida provisória é muito importante porque prorroga o benefício e garante compromisso de novos investimentos – disse.

O benefício é condicionado à realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, inclusive na área de engenharia automotiva, correspondentes a no mínimo 10% do valor do crédito presumido apurado.

César Borges observou que há experiências exitosas no país a partir da criação de mecanismos de incentivos fiscais. Ele destacou que tais mecanismos viabi-

lizaram a produção de veículos Mitsubishi em Catalão (GO) e Hyundai em Anápolis (GO), bem como de veículos Ford na Bahia e no Ceará. Acrescentou que importantes fábricas de autopeças e componentes automotivos foram também instaladas em Pernambuco.

Antonio Carlos Magalhães Júnior (DEM-BA) destacou o papel de seu pai, Antonio Carlos Magalhães, na vitória da Bahia, que disputava a instalação da fábrica com o Rio Grande do Sul. Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) lembraram a atuação de Antonio Carlos Magalhães.

Gerson Camata (PMDB-ES) lamentou que o norte do Espírito Santo, que faz parte da região atendida pela Sudene, não esteja incluído entre as áreas beneficiadas pela MP. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que em 1999 o PT foi contrário à concessão do benefício porque havia a preocupação de não haver equidade entre os estados, mas que, desta vez, há consenso de todos os partidos.

Sadi Cassol diz que medidas do governo evitaram crise maior

Sadi Cassol (PT-TO) sustentou ontem que as medidas adotadas pelo governo evitaram que a crise financeira mundial afetasse o Brasil na mesma intensidade que os países mais desenvolvidos. O Fundo Monetário Internacional calcula que as exportações mundiais tenham encolhido 25% em 2009, comparando-se com 2008. No entanto, países mais ricos sofreram mais, como os Estados Unidos, onde as exportações caíram 42,4%, e a Comunidade Europeia (-25,8%), assinalou.

No Brasil, as exportações tiveram uma queda de 26,2% e as importações, 22,7%. As vendas nacionais de produtos manufaturados encolheram 27,3%, as de semimanufaturados, 23,4%, e as exportações de produtos básicos diminuíram 14,1%, acrescentou o senador.

Sadi Cassol aplaudiu o presidente Lula e seus ministros pela divulgação que fazem dos



Cassol: Brasil aumentou participação no comércio mundial de 0,96% para 1,25%

produtos brasileiros em suas viagens ao exterior. E lembrou que o governo soube aproveitar o bom momento do comércio mundial no período 2002/2008. Nesses sete anos, o comércio mundial aumentou cerca de 150%, mas as transações comerciais brasileiras subiram 228%. Como resultado, a participação nacional no comércio mundial elevou-se de 0,96% para 1,25%.

MP da Caixa não é votada e perde eficácia

A medida provisória (470/09), que abriu crédito adicional de R\$ 6 bilhões para a Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão para o Banco do Nordeste do Brasil, perdeu a eficácia ontem. O prazo para apreciação se extinguiu na terça-feira, mas, por falta de acordo, não houve votação.

Na semana passada, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), salientou que isso “não seria um prejuízo irreversível para o governo”.

Agora, a MP será enviada para uma comissão mista de senadores e deputados para que seja elaborado um projeto de decreto legislativo que disciplinará as relações jurídicas decorrentes da curta vigência da medida.

Correção

A criação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de Macapá e Santana, no Amapá, se deu com a aprovação do PLS 111/05 – Complementar, e não PLS 11/05, como informou a edição de ontem no texto “Papaléo celebra criação de Ride no Amapá”. Papaléo Paes (PSDB-AP) é autor da proposta.

Governo retira urgência de projeto e desobstrui a pauta

A pauta de votações do Senado está desobstruída desde ontem, depois que o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou a retirada da urgência constitucional do PLC 280/09, que exige formação superior de professores da educação básica.

O anúncio foi feito logo após a aprovação da última medida provisória que aguardava votação em Plenário – a MP 471/09, que prorroga incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Assim, as votações voltam a ocorrer normalmente. Mas, por acordo de lideranças – informou o líder do governo –, apenas um item foi votado e aprovado ontem além da MP. Na próxima semana, será definido novo cronograma de votações, garantiu Jucá.

A proposta cuja urgência foi retirada exige diploma de nível superior para os professores da educação infantil, ensino fundamental e médio.

Pelo PLC, a formação de docentes para atuar na educação básica deverá ser de nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universi-

dades e institutos superiores de educação.

A proposta, no entanto, admite a contratação de professores com formação mínima de nível médio para a educação infantil e as quatro séries iniciais do ensino fundamental, onde não existirem, comprovadamente, docentes com nível superior. O texto em discussão é um substitutivo aprovado pela Câmara.

Marabá

A única proposta aprovada ontem, depois do desbloqueio da pauta, foi o PLC 75/08, que dá o nome de João Correa da Rocha ao aeroporto de Marabá, no Pará. O projeto segue para sanção.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que se trata de uma justa homenagem que leva em consideração “os méritos profissionais e pessoais de João Correa da Rocha”, jornalista que “muito fez pela cidade de Marabá, inclusive promoveu campanha pela ampliação do aeroporto de Marabá”.

– Graças aos esforços de João Correa da Rocha, a população de Marabá ganhou um moderno aeroporto capaz de receber aeronaves a jato – contou Flexa Ribeiro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Plenário Nível superior para professores

14h O Plenário analisa, entre os projetos da pauta de 79 itens, proposta que exige formação de nível superior para os professores da educação básica.

CI Exploração de recursos minerais

8h30 Audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura discute o marco regulatório da exploração dos recursos minerais com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; o diretor-presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral, Miguel Antonio Cedraz Nery; e o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Paulo Camillo Vargas Penna. A comissão examina ainda projeto que dispõe sobre características dos veículos de transporte regular de passageiros.

CMA Código de Defesa do Consumidor

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza debate sobre os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor. A audiência pública tem o objetivo de coletar subsídios para propor a reforma do código. Foram convidados o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin; a coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini; e o presidente da Vivo Participações, Roberto de Lima.

CRE Acordo entre Brasil e Marrocos

10h Acordo de cooperação entre o Brasil e o Marrocos, na área de saúde animal, é um dos projetos em pauta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

CCJ passa para a próxima semana votação sobre requerimento que interrompe exame do projeto que cria nova estatal do setor de petróleo

Fim da urgência para Petro-Sal ainda sem decisão

A VOTAÇÃO DO requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que pede a interrupção do exame do projeto que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal) foi novamente adiada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Por proposta do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), aceita pelos senadores após mais de duas horas de debates, o pedido deverá retornar à pauta da próxima semana, dando tempo para que a oposição e a base do governo busquem um acordo para votar os quatro projetos sobre pré-sal.

Demostenes propôs que os líderes se reúnam com Jereissati, relator do projeto da Petro-Sal (PLC 309/09), e com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e procurem uma fórmula para convencer o presidente Lula a retirar a urgência constitucional. Ao mesmo tempo, será elaborado um calendário para votação.

Jucá concordou com o adiamento da decisão sobre o requerimento, mas reforçou que não irá assumir nenhum compromisso com a retirada da urgência constitucional.

Partilha

Para Jereissati, não faz sentido votar a criação da empresa que vai cuidar dos contratos de partilha do pré-sal antes de votar o projeto (PL 5.938/09) que estabelece o novo regime de exploração. Ele afirmou também que as propostas são complexas e que não há no Senado nenhum "gênio" que possa votá-las nessa rapidez.

Segundo o senador, há filigranas no projeto de partilha que

levarão a perdas de recursos para os estados que não foram percebidas pelos senadores. A posição de Jereissati foi apoiada pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Na visão de Jucá, porém, o pedido de sobrestamento, além de inócuo (pois o regime de urgência permanecerá), contribuiria para diminuir o debate somente na CCJ, já que a matéria tramita em outras comissões. Antes da proposta de Demostenes, Jucá comprometeu-se com a votação prioritária, em Plenário, do projeto que institui o regime de partilha e só depois, dos demais.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), também criticou o pedido de sobrestamento e apoiou o compromisso de Jucá para votação do regime de partilha em primeiro lugar. Como Renan, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC) criticaram o requerimento.

Já para o líder do DEM, José Agripino (RN), com o regime de urgência o diálogo não vai avançar. Ele disse que a oposição pode até votar antes da eleição, desde que os assuntos estejam maduros; do contrário, vai obstruir. Agripino também é a favor de um cronograma para votação.

Na CCJ, o relator do requerimento, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), deu voto favorável, afirmando não haver sentido em discutir a Petro-Sal sem a aprovação do projeto da partilha.

Ele ressaltou ontem que a mudança do regime – de concessão para o de partilha – trará prejuízos para os estados e os municípios e que a verdadeira razão para a proposição desse regime e da Petro-Sal é a intenção de reestatizar a exploração do petróleo no país.

Simon propõe compensação a estados produtores pela União

Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou ontem, durante a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, emenda que altera o projeto sobre o regime de partilha e de concessão de royalties pela exploração de petróleo – alvo de protestos dos estados produtores, que, pelo texto aprovado na Câmara, perderão receita.

A emenda prevê que a "União compensará, com recursos oriundos de sua parcela em royalties e participação especial, os estados e municípios que sofrerem redução de suas receitas" em virtude da aplicação das regras incluídas no projeto pela Emenda Ibsen.

– Já é hora de a União promover uma reforma tributária, com descentralização e democratização na distribuição de receitas. A nossa emenda oferece essa oportunidade. Não se pode tirar o dinheiro do Rio de Janeiro, mas a União pode entrar com essa parte. É um gesto do Congresso Nacional para fazer a reforma tributária.

Ao justificar sua proposta, Simon diz que o texto "visa



Simon diz que sua emenda visa restaurar o equilíbrio federativo

restaurar o equilíbrio tributário federativo e instituir o mecanismo de compensação aos entes produtores". A emenda estabelece ainda que a União compensaria a perda de receita dos estados produtores até que essas receitas "se recomponham mediante o aumento da produção de petróleo no mar".

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados põe fim ao pagamento hoje feito a esses entes federativos e vincula os royalties aos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).



Agripino, Jereissati, Demostenes, Wellington Salgado e Jucá, na CCJ: novo embate entre governo e oposição no pré-sal

Senadores de estados produtores de petróleo criticam proposta da CNM

Representantes de estados produtores de petróleo receberam com frieza uma sugestão de emenda da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) ao Projeto de Lei da Câmara 16/10, que regulamenta o sistema de partilha para a produção nos campos do pré-sal e redistribui os royalties

entre estados e municípios. A emenda mantém os royalties dos estados e municípios onde se localiza a produção, mas redistribui por todos os demais o montante das chamadas participações especiais.

Esta é a primeira tentativa patrocinada por um órgão externo ao Congresso de se romper o impasse político em torno da exploração do petróleo localizado na região do pré-sal.

Para o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a iniciativa seria inócua. Primeiro, por estabelecer, de forma ilegal, a redistribuição dos resultados da participação especial de contratos já firmados. E, depois, por sugerir a distribuição desses resultados em novos contratos firmados para a exploração do pré-sal, quando, segundo os projetos enviados pelo governo ao Congresso, não haverá mais participações especiais.

Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), a sugestão da CNM é apenas "uma a ser estudada". Renato Casagrande (PSB-ES) considerou "ainda insuficiente" a proposta da confederação.



Francisco Dornelles

Geovani Borges apoia mudança nas regras de partilha dos royalties

A proposta aprovada pelos deputados que altera a partilha dos royalties pagos pela exploração do petróleo no Brasil recebeu ontem o apoio de Geovani Borges (PMDB-AP). A partilha atual beneficia estados e municípios produtores, principalmente Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A proposta deixa 40% desses royalties com a União, 30% com os estados e 30% com os municípios. A partilha será feita com base nas regras de distribuição dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), assinalou. Para Geovani Borges, todos os brasileiros são responsáveis pelo financiamento do trabalho e da pesquisa da Petrobras e todos devem ser beneficiados pela descoberta de novos campos petrolíferos. É "um redundante erro matemático e um estrondoso equívoco semântico" dizer que o Rio de Janeiro perderá com as novas regras. Ninguém pode perder algo que não tem, afirmou.

– O Rio de Janeiro deixará de ganhar, mas para dividir com o resto do Brasil, que também pagou e paga pela Petrobras – disse Geovani, para quem o estado já foi beneficiado com "as milhares de indústrias que se instalaram na cidade maravilhosa" por conta do petróleo. Os estados da Amazônia têm de arcar sozinhos com o ônus da preservação da floresta, que interessa ao mundo todo, sem serem compensados por isso, comparou.



Geovani Borges



Na manhã de ontem, estudantes – a maioria do ensino médio – fizeram uma manifestação em frente ao Congresso Nacional. Alguns se jogaram no espelho d'água em frente ao prédio, com faixas de protesto.

A principal reivindicação dos manifestantes é que 50% dos recursos do Fundo Social (a ser criado com os recursos do petróleo a ser extraído da camada pré-sal) sejam destinados à educação. Entre as entidades que

promoveram a manifestação estão a União da Juventude Socialista (UJS), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Além de cartazes com as frases "O petróleo é nosso", os manifestantes também protestaram contra os recentes escândalos envolvendo o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda.

Diante de senadores da Comissão de Direitos Humanos e de mães dos jovens, policiais dizem que não descartam qualquer linha de investigação



Mães dos jovens participam da reunião; deputada Bel Mesquita e senador Cristovam Buarque ouvem delegado Hellan Wesley (2º à dir., ao lado do delegado Josuemar Vaz) apresentar nova teoria sobre o caso

Delegados admitem que não há pista dos desaparecidos

OS SEIS JOVENS entre 13 e 17 anos que desapareceram em Luziânia (GO), entre dezembro e janeiro, não teriam sofrido violência, e sim sido convencidos pelo suposto raptor a acompanhá-lo. A tese foi defendida ontem pelo delegado da Polícia Federal Hellan Wesley Almeida Soares, em debate realizado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Soares disse que não poderia detalhar o trabalho da polícia porque as investigações correm em segredo de Justiça, mas salientou que a polícia não descarta qualquer linha de investigação, incluindo tráfico de órgãos humanos e a existência de grupos de extermínio na região.

O delegado, porém, reconheceu que até o momento não existe qualquer dado concreto para saber se os desaparecimentos estão conectados a

grupos de extermínio, conforme questionou o senador José Nery (PSOL-PA). O parlamentar disse estranhar a inexistência de qualquer indício que possa levar ao esclarecimento do crime, apesar de já decorridos vários meses.

Também o delegado da Polícia Civil de Goiás Josuemar Vaz de Oliveira – que coordena as investigações sobre os jovens desaparecidos –, admitiu que ainda não há pistas seguras que levem a elucidar o crime. Para Oliveira, o desaparecimento dos jovens “está envolto em um mistério muito grande”.

Cobranças

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que os desaparecimentos se repetem há anos no Entorno do Distrito Federal e que nada menos do que 123 crianças e adolescentes estão desaparecidos na região. Por isso, cobrou ação enérgica do

governo federal no combate ao problema que, garantiu, vem assustando os moradores.

Lúcia Vânia vai apresentar requerimento convidando o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto Teles, para prestar, na CDH, informações sobre os desaparecimentos.

Mães dos jovens desaparecidos participaram da reunião e lamentaram a lentidão na apuração dos fatos e a falta de informações do andamento das investigações. Pediram a entrada da Interpol no caso por acreditarem que os jovens estão fora do país. Os delegados informaram que a Interpol – Organização Internacional de Polícia Criminal – já foi acionada.

O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), deixou claro que o caso, enquanto não for resolvido, irá merecer toda a atenção da comissão.

Oficiais de Justiça pedem melhores condições de trabalho

Representantes de entidades que congregam os oficiais de Justiça apresentaram ontem uma série de reivindicações aos senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) propondo a melhoria das condições de trabalho da categoria.

Em audiência presidida por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), os representantes dos oficiais de Justiça defenderam a exigência de título de bacharel em Direito para acesso à carreira, aposentadoria especial, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos e disponibilização de equipamentos de proteção individual, entre outros pedidos.

Segundo o presidente da Federação das Entidades Representantes dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), Paulo Sérgio Costa, a reivindicação da isenção de IPI na compra de veículos é necessária para a classe, uma vez que os oficiais de Justiça utilizam seus próprios automóveis para realizar seu trabalho, não recebendo qualquer compensação pelo desgaste acentuado quando precisam trafegar, por exemplo, em estradas rurais, geralmente em mau estado de conservação.

Paulo Sérgio reclamou do excesso de carga de trabalho a

que são submetidos os oficiais de Justiça em muitos estados da Federação. Segundo ele, enquanto no Rio Grande do Sul há o limite máximo de 120 mandados por mês para serem encaminhados pelos oficiais de Justiça, na maior parte do país não há qualquer previsão regulamentar e a média fica acima de 200 mandados mensais.

Já o advogado Rudi Cassel, alertou os senadores para a necessidade de alterações no Projeto de Lei Complementar (PLP) 554/10, que está em tramitação na Câmara. Adequações precisam ser feitas à proposta, segundo ele, para que os oficiais de Justiça não venham a ser prejudicados em seu direito à aposentadoria especial que

está sendo obtido por meio de mandado de injunção em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

– A questão é que, embora os oficiais de Justiça estejam obtendo o direito à aposentadoria na esfera judicial, o projeto que tramita na Câmara pode comprometer o êxito deste intento, uma vez que traz condições muito prejudiciais aos oficiais, tornando inviável o direito antecipado à aposentadoria especial – disse Cassel.

Sérgio Zambiasi, José Nery (PSOL-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestaram apoio às reivindicações dos oficiais, destacando a importância destes profissionais para a aplicação da Justiça no país.



Zambiasi (C) preside reunião com o advogado Rudi Cassel (E) e outros convidados

CPI busca apoio da Polícia Federal no combate à pedofilia

A Polícia Federal será chamada a ter uma participação efetiva nas ações que resultaram do termo de ajuste de conduta (TAC) assinado em 2 de julho de 2008 entre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, o Ministério Público Federal em São Paulo, a SaferNet Brasil e o Google, mantenedor da comunidade virtual Orkut. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), ao fim de um balanço dos resultados do termo de ajuste.

O presidente da SaferNet Brasil, Thiago Nunes, informou que apenas 10% das 33 mil páginas do Orkut cujo sigilo foi quebrado pela CPI passaram por uma verificação minuciosa. De um total de 3.261 páginas examinadas, constatou-se indício de crime de pedofilia e de divulgação de pornografia infantil em 643. Com a ajuda de um mapa georreferenciado dos locais de conexão, foram

identificados 107 alvos da Operação Turko, coordenada pela Polícia Federal com apoio da CPI da Pedofilia, da SaferNet e do Ministério Público. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em 21 estados e no Distrito Federal.

O que preocupa Thiago Nunes é que há 30 mil páginas com indícios de crimes que ainda não foram analisadas adequadamente por falta de suporte tecnológico e de pessoal especializado. Diante da constatação, Magno Malta anunciou a decisão de convidar a Polícia Federal a integrar oficialmente o grupo de trabalho resultante do termo de ajuste de conduta assinado há dois anos.

O presidente da SaferNet comparou o Orkut no Brasil a uma cidade de cerca de 30 milhões de habitantes, onde ocorrem mensalmente 700 crimes de pedofilia e de divulgação de pornografia infantil.



Ivo Correa, Magno Malta, Priscila Schreiner e Thiago Nunes: balanço de ações

Juristas propõem instrumento para acelerar processos judiciais

A Comissão de Juristas instituída pelo Senado para elaborar anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) concluiu ontem a redação do “incidente de coletivização”, instrumento que deve dar soluções mais rápidas a diferentes ações individuais que tratem de um mesmo tema.

O instituto poderá ser adotado a partir da constatação de que determinada questão jurídica pode acarretar grave insegurança ou relevante multiplicação de processos. Uma vez decidida a questão, os juízes poderiam aplicar o mesmo entendimento a todos os casos, evitando a análise processo a processo e garantindo o direito a todos que entrarem com ações semelhantes.

Os integrantes da comissão definiram o modo pelo qual deve ser suscitado o “incidente de coletivização”, quem são os legitimados a fazê-lo e a quem competirá a instauração e o julgamento.

Presidido pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, o colegiado deve concluir os seus trabalhos até o final de abril.

Amanhã, a comissão realiza audiência pública em São Paulo. No dia 30, haverá reunião em Brasília para tratar dos recursos, das disposições transitórias e do início da Parte Geral do novo CPC. Os juristas já realizaram audiências em Manaus, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Proposta, já votada na Câmara, reorganiza e unifica as Forças Armadas, subordinadas ao poder civil e agora com poder de polícia nas fronteiras



Senadora relata discussão na ONU sobre situação penitenciária do Brasil

Marisa classifica prisões brasileiras como masmorras

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse ontem quem cumpre pena em penitenciárias brasileiras torna-se "quase um morto-vivo". Ela relatou ao Plenário a discussão ocorrida na Organização das Nações Unidas, em Genebra, sobre a situação das "masmorras brasileiras", num painel paralelo à reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

— É a morte da dignidade, a morte da recuperação, a morte da reinserção social, a morte do futuro — lamentou Marisa.

Geovani defende proposta que beneficia policial

Geovani Borges (PMDB-AP) manifestou apoio a projeto (PLC 330/06 – Complementar) em tramitação na Câmara que trata da aposentadoria do policial. Pelo texto, o policial poderá aposentar-se voluntariamente após 30 anos de contribuição, desde que conte com 20 anos de exercício na função. No caso das mulheres, a contribuição seria de 25 anos, sendo 15 como policial. A aposentadoria compulsória se daria aos 65 anos para homens e 60 para as mulheres.

Para o senador, a proposta dá um tratamento mais adequado que o previsto no Projeto de Lei Complementar 554/10, apresentado recentemente pelo Executivo. Também em tramitação na Câmara, a proposta do governo tem foco na concessão de aposentadoria especial aos servidores públicos que exerçam atividades de risco.

CCJ aprova projeto do governo que fortalece papel do ministro da Defesa

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto do Executivo (PLC 10/10) que realça a subordinação das Forças Armadas ao poder civil e aumenta as atribuições do Ministério da Defesa. Outro objetivo da proposta é a unificação das operações das três Forças, autorizadas a exercer de forma plena o poder de polícia nas áreas de fronteira.

Relator do projeto, o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), lembrou que o mérito só será avaliado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – para onde o texto seguirá agora –, cabendo à CCJ apenas avaliar os aspectos constitucionais e jurídicos.

Já aprovadas pela Câmara dos

Deputados, onde tramitaram em regime de urgência, as modificações propostas se originam da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada por decreto presidencial em dezembro de 2008.

Uma das diretrizes dessa estratégia, diz o projeto, é "unificar as operações das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos".

Uma emenda aprovada pela Câmara foi responsável pela ampliação do papel das Forças Armadas nas fronteiras. Apresentada pelo deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), a mudança estabelece que as ações na faixa de fronteira poderão ser feitas "independen-

temente da posse, propriedade, finalidade ou qualquer outra restrição que recaia sobre essas áreas".

Nas fronteiras, além de fazer patrulhamento, os militares das Forças Armadas poderão revistar pessoas, veículos, embarcações e aeronaves, assim como fazer prisões em flagrante sempre que não houver policiais presentes.

Unificação

Os principais instrumentos da unificação pretendida pelo governo serão o Ministério da Defesa e o Estado-Maior de Defesa, que passará a se chamar Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, subordinado diretamente ao ministro, chefiado por um oficial-general de

último posto.

Com as mudanças, o ministro da Defesa passará a exercer, "na plenitude, todos os poderes de direção das Forças Armadas que a Constituição e as leis não reservarem, expressamente, ao presidente da República".

Demostenes disse que uma das preocupações em relação ao projeto se relaciona com o aumento das atribuições do ministro da Defesa, que concentrará em suas mãos poderes antes "diluídos" entre os comandantes das Forças Armadas.

Para o senador, essa nova conformação de papéis não permite que assumam "um ministro politicamente forte, mas tecnicamente fraco ou desinteressado em assuntos de defesa".



Desfile militar no Dia do Soldado, em Porto Alegre: projeto se baseia na Estratégia Nacional de Defesa, criada por decreto presidencial em dezembro de 2008

Restrição à venda de fardas e acessórios militares

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, regras que disciplinam a fabricação e o comércio de fardas, coletes e qualquer outro tipo de vestuário, acessórios e distintivos de uso exclusivo das Forças Armadas e de todos os órgãos que tenham poder de polícia. A proposta (PLS 400/09), do senador Romeu Tuma (PTB-SP), visa evitar que essas peças sejam adquiridas por pessoas que pretendam se fazer passar por militares e policiais para cometer crimes.

Pelo texto, as fardas, distintivos e acessórios só poderão ser comprados pelos órgãos que vão fazer uso desse material, e somente junto a empresas devidamente cadastradas. O projeto estabelece que fardas e coletes devem estampar o número do registro especial (RE) ou outra identificação do respectivo policial.

Tuma salienta que são corriqueiras as notícias de ações criminosas em que os envolvidos estavam usando fardamento de agentes policiais. As regras propostas pelo senador valem para

o comércio de fardas, distintivos e acessórios destinados, entre outros órgãos, à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, às polícias Civil e Militar do Distrito Federal e dos estados e ao corpo de bombeiros.

Emendas

A relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou parecer pela aprovação do projeto, com três emendas, todas acatadas pela CCJ. Uma delas retira do texto a multa administrativa entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil para empresas que vendam ilegalmente



Ideli Salvatti recomenda a aprovação do projeto de Tuma, com modificações

fardas e acessórios. A pena de multa é mantida, mas sem valor especificado – medida que deve ser definida por ato regulador.

Organizações de agricultores negam, em CPI, desvio de recursos para o MST

Dois representantes de organizações de agricultores garantiram ontem que os recursos que suas entidades receberam do governo foram aplicados dentro da finalidade dos convênios, e não desviados para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como questionaram parlamentares. Mas uma entidade admitiu o empréstimo de salas para o movimento. Os depoimentos foram feitos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do MST.

O presidente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), Ademar Paulo Ludwig Suptitz, disse que a entidade atua em várias frentes: na segurança alimentar, na educação e na promoção da saúde, do associativismo e da reforma



Na reunião, Onyx Lorenzoni (E), Jilmar Tatto, Almeida Lima, Gustavo Augusto e Ademar Suptitz

agrária. Suptitz confirmou que, entre 2005 e 2006, a entidade recebeu R\$ 2,2 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social – de um convênio de R\$ 5 milhões.

O representante da Anca também confirmou ao relator que a associação

recebeu doações do exterior e que realizou vários convênios com governos da Europa. Entretanto, Suptitz reconheceu que a Anca cedeu salas para o funcionamento do MST em São Paulo.

O tesoureiro do Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo

(Itac), Gustavo Augusto Gomes de Moura, também forneceu detalhes sobre os convênios recebidos pela organização. Segundo ele, o Itac atuou principalmente na educação e em três frentes: alfabetização de jovens e adultos, capacitação de professores e educação infantil. O instituto, disse, alfabetizou mais de 15 mil jovens e adultos no campo e capacitou quase 1,6 mil professores ou educadores da reforma agrária.

Questionados pelo relator da comissão, deputado Jilmar Tatto (PT-SP), ambos disseram ter contato com pessoas envolvidas com a reforma agrária, incluindo do MST, mas negaram repassar recursos ao movimento fora dos objetos dos convênios firmados com o governo.

Comissão de Educação reuniu representantes da área cultural para avaliar resultados alcançados pela 2ª Conferência Nacional de Cultura

Setor cultural cobra maior apoio público

INTERIORIZAR A CULTURA, institucionalizar a diversidade cultural e consolidar políticas públicas para o setor foram alguns dos objetivos estabelecidos pela 2ª Conferência Nacional de Cultura. Em debate organizado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para examinar os resultados da conferência, os participantes reafirmaram a necessidade de políticas públicas para o setor ligado à cultura.

A vice-presidente da CE, Marisa Serrano (PSDB-MS), disse que há grande interesse do Congresso em debater seis propostas de emendas à Constituição que tramitam na Câmara e que representam um verdadeiro marco regulatório para o setor cultural.

– Além de modificações na Lei Rouanet e da definição de cultura como direito social, essa nova legislação concederá, pelo menos, 2% das verbas do Orçamento Geral da União para o setor da cultura. No momento, menos de 1% tem essa destinação e o setor sobrevive em função das



Chico César (E), Alfredo Manevy, do Ministério da Cultura, Marisa Serrano, Sandra de Sá e João Batista Ribeiro Filho

emendas parlamentares, expediente insatisfatório porque não é seguro: pode haver num ano e não no seguinte. Sem dinheiro pouco se faz – argumentou.

Participaram da audiência de ontem João Batista Ribeiro Filho, coordenador-executivo da 2ª Conferência; Chico César, diretor da Fundação Cultural de

João Pessoa (Funjope); Alfredo Manevy, secretário executivo do Ministério da Cultura; Daniel Zen, presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur e Sandra de Sá, cantora e compositora.

João Batista Ribeiro Filho relatou que a conferência reuniu 206 mil pessoas e serviu para

traduzir em medidas e iniciativas toda a diversidade cultural do país, sedimentando a necessidade de interiorizar a cultura. O secretário executivo do Ministério da Cultura, Alfredo Manevy, tratou do desafio de trabalhar pela superação das desigualdades culturais.

Segundo Chico César, cabe à

sociedade apresentar propostas ao governo, começando os debates pelos municípios.

– As lutas de agora refletem a anistia, a volta dos exilados, a redemocratização, as eleições diretas. Agora queremos DDD: ou seja, democracia, diversidade e dinheiro. Apoio financeiro para garantir a sobrevivência das várias manifestações culturais – declarou.

Daniel Zen, por sua vez, sinalou que a maior parte dos municípios brasileiros não dispõe de um órgão que trate da cultura, nem sequer um departamento ligado à Secretaria Municipal da Educação, e as conferências motivaram produtores culturais e artistas, entre outros. Já para a cantora e compositora Sandra de Sá, “o governo precisa ajudar mais, porque sempre se diz que não há verba para a cultura, mas há verba para ser desperdiçada em tantas atividades sem valor”. José Nery (PSOL-PA) defendeu o desenvolvimento do turismo a partir da cultura, valorizando eventos e festas populares.

Ambientalistas defendem política de resíduos sólidos

Um grupo de ambientalistas, empresários e deputados da Comissão de Meio Ambiente da Câmara pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a aprovação do projeto de lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A proposta retornou ao exame da Casa por ter sido alterada pela Câmara.

Sarney disse que vai propor um acordo entre os líderes partidários da Casa para que a matéria seja rapidamente aprovada pelo Plenário do Senado e, assim, ser sancionada pelo presidente da República.

De iniciativa do então senador Francisco Rollemberg, a proposta (PLS 354/89) impõe

obrigações aos empresários, aos governos e aos cidadãos no gerenciamento dos resíduos sólidos.

Grave problema

A matéria foi aprovada na Câmara no dia 10 deste mês, por meio de substitutivo apresentado pelo relator naquela Casa, deputado Doutor Nechar (PP-SP). O texto final, que na Câmara tramitou como PL 203/91, teve como base a redação elaborada por grupo de trabalho constituído para discutir o tema, explicou o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), que foi o coordenador do grupo.

O diretor da Fundação SOS

Mata Atlântica Mario Mantovani afirmou que o projeto é fundamental para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Em sua avaliação, os resíduos sólidos constituem um grave problema ambiental, uma vez que mais de 80% das cidades jogam o lixo diretamente na natureza.

A proposta, lembrou Mantovani, tramita há mais de 20 anos no Congresso Nacional e foi aprovada a partir de consenso entre governo, empresários, ambientalistas e, principalmente, entidades de reciclagem. O diretor da SOS Mata Atlântica disse esperar que o projeto seja votado até o final deste ano.



Jereissati diz que grupo jornalístico cearense alcançou dimensão nacional

Sessão especial homenageia TV Verdes Mares pelos 40 anos

A TV Verdes Mares de Fortaleza, que comemora seus 40 anos, foi homenageada ontem pelo Senado. A sugestão foi do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que, ao falar do fundador da emissora, Edson Queiroz (1925-1982), salientou que o empresário conseguiu dar dimensão nacional ao seu complexo de comunicação, que inclui TV, rádio e o *Diário do Nordeste*.

Jereissati, que é casado com uma das filhas de Queiroz, Renata Jereissati – presente à homenagem, juntamente com a irmã Lenise Queiroz Rocha e o neto e diretor do grupo, Igor Queiroz Barroso –, apontou o “espírito criativo e a percepção única” de Edson Queiroz, cujas instituições

que criou hoje fazem parte da vida social e cultural do Ceará. O *Diário do Nordeste*, acrescentou, é hoje “um dos mais importantes veículos de difusão da informação livre”.

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a “veneração extraordinária” pelo Ceará e pela região Nordeste e a visão do setor de comunicação que movia o fundador do grupo.

Também homenagearam o grupo jornalístico cearense em seus discursos os senadores João Tenório (PSDB-AL), Mão Santa (PSC-PI), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marco Maciel (DEM-PE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Primero presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), criada em 2007, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) teve ontem sua foto incluída na galeria de ex-presidentes. “O Senado criou a CCT num momento importantíssimo de avanços tecnológicos para o Brasil”, ressaltou Wellington. O presidente do Senado, José Sarney, disse que Wellington revelou-se “um senador competente, honrado e capaz”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Roberto Cavalcanti • Cícero Lucena • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão debate certificação de entidades beneficentes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a realização de duas audiências públicas, ambas propostas por Flávio Arns (PSDB-PR).

Para o primeiro debate, o senador solicitou a presença da subprocuradora-geral do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. O objetivo é discutir o restabelecimento do benefício de prestação continuada, no valor de um salário mínimo, para o portador de deficiência que perder o emprego.

Flávio Arns quer que a subprocuradora-geral do Trabalho também se manifeste sobre a perda do direito a pensão por morte do portador de deficiência que ingressar no mercado formal de trabalho. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) considerou "justíssima" a garantia dada a essas pessoas de trabalhar com carteira assinada sem perder os benefícios adquiridos.

Arns pediu também a realização de audiência pública na CAS sobre a regulamentação da Lei 12.101/09, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social (terceiro setor). O parlamentar afir-

mou que essa regulamentação é urgente, pois a lei estipula prazos e exigências que precisam ser observados pelas entidades interessadas na certificação ou renovação desse registro. E seu descumprimento pode comprometer o benefício da isenção das contribuições previdenciárias.

Antes que o Poder Executivo edite a regulamentação da Lei 12.101/09, Flávio Arns considera importante que as entidades do terceiro setor que atuam nas áreas de saúde e assistência social possam oferecer sugestões. Ele recomenda a participação, no debate, de representantes dos ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Casa Civil da Presidência da República; da Pastoral da Criança; e da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) deram apoio às solicitações de Flávio Arns. Rosalba considerou a atuação das entidades do terceiro setor fundamental, mas afirmou ser necessário fiscalizá-las, para impedir a ação daqueles que, por meios não lícitos, fingem cumprir uma missão social.



Flávio Arns alerta entidades beneficentes para regulamentação

Auxílio a companheiros de servidores no exterior

Pessoas que mantenham união estável com servidor militar ou civil federal designado para missão no exterior por pelo menos um mês podem passar a receber o chamado auxílio-familiar por representação e ganhar também direito ao pagamento das passagens aéreas para o deslocamento.

A concessão foi confirmada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao examinar três emendas da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 69/95) do senador Romero Jucá (PMDB-RR). As emendas seguirão a Plenário para decisão final.

Pelo projeto, havia restrições quanto ao tempo de convivência para que os companheiros ou companheiras pudessem ter direito

aos auxílios: união estável há mais de cinco anos com o servidor, sob sua dependência econômica.

Com as emendas da Câmara, são removidas as referências contidas no texto sobre esse tempo mínimo para caracterizar a união estável e, em consequência, o acesso aos dois benefícios.

O voto do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), foi pela aprovação das emendas. No exame, ele salientou que as alterações feitas pela Câmara ofereceram contribuição decisiva para o aperfeiçoamento do texto.

Segundo ele, agora o projeto ficou adequado à legislação civil atual, que não impõe restrições de tempo de convivência para acesso a benefícios na união estável.

Proposta aprovada pela CAS inclui os serviços de saúde na lista das entidades que devem informar qualquer ação que cause morte ou dano aos mais velhos



Mesquita Júnior (à dir., com Papaléo) diz que maior violência é a resistência do governo em aprovar benefícios a aposentados

Violência contra idoso deve ser relatada por médicos

ATOS DE VIOLÊNCIA praticados contra idosos deverão ser notificados no momento de seu atendimento nos serviços de saúde públicos ou privados. A determinação está prevista em projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue agora para votação em caráter terminativo na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta (PLC 298/09) altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) para incluir os serviços de saúde na lista de entidades que devem informar à

autoridade sanitária qualquer ação que cause morte, dano, sofrimento físico ou psicológico a um idoso. No seu parecer favorável, com emenda de redação, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ressaltou a intenção do projeto de também responsabilizar os serviços de saúde por omitir informações de maus-tratos aos idosos, lamentando que muitos desses casos de violência ocorram dentro do ambiente familiar.

Aposentados

Na discussão da matéria, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) classificou como violência

maior ao idoso a resistência do governo em viabilizar a aprovação, na Câmara dos Deputados, de projetos que beneficiam os aposentados.

Ao assinalar a "sensibilidade social" do projeto, Papaléo Paes (PSDB-AP) endossou a proposta de Mesquita Júnior. Também elogiando a proposição, o senador Mão Santa (PSC-PI) disse que "ficou muito mal para o Congresso Nacional" o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, descumprir o compromisso público de acelerar a votação de projetos de interesse dos aposentados já aprovados pelo Senado.

Incentivo para contratação de beneficiário de auxílio-doença

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) concede incentivo tributário a empresa que contratar trabalhador que tenha se beneficiado de auxílio-doença nos últimos meses antes da contratação e se encontrava desempregado involuntariamente.

Antes de seguir para votação da Câmara dos Deputados, a proposta (PLS 584/09) ainda terá de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto, do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), recebeu voto favorável do relator, Efraim Morais (DEM-PB).

De acordo com a proposta, a empresa tributada com base no lucro real que fizer esse tipo

de contratação poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, 50% da remuneração paga ao trabalhador, sendo proibida a dedução como despesa operacional. Outra restrição importante: a dedução prevista abrange somente o período relativo ao contrato de experiência, de três meses.

Antonio Carlos Júnior ressaltou que "são muito comuns os casos em que o empregado acometido por uma doença, diante da necessidade do afastamento do serviço por mais de 15 dias, é encaminhado pelo empregador à Previdência Social, ficando, a partir de então, em gozo do benefício do auxílio-doença. Após a alta por meio da perícia junto



ACM Júnior quer contribuir para reinserir trabalhadores no mercado

ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), muitos trabalhadores, ao retornarem ao trabalho, são despedidos". Com a proposta, o senador quer contribuir para a reinserção das pessoas que ficaram fora do mercado de trabalho em decorrência de tratamento médico.

CAS vai criar grupo de estudos para avaliar saúde

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) deverá criar um grupo de estudos para avaliar os serviços de saúde no país. A avaliação terá como ponto de partida os debates que o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, no ano passado, sobre as ações judiciais que visam garantir o acesso a medicamentos, próteses, vagas em UTIs (unidades de terapia intensiva), leitos hospitalares, exames e cirurgias, além de outros produtos e serviços relacionados à saúde.

O pedido de criação do grupo

de estudos foi apresentado ontem pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Conforme o Supremo, participaram dos debates realizados no ano passado cerca de 50 especialistas das mais diversas áreas – de defensores públicos, promotores e magistrados, médicos, professores e gestores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O relatório do STF sobre essas discussões foi enviado ao Senado sob a forma de mensagem.

Flávio Arns (PSDB-PR) citou o trecho do relatório no qual se

destaca que "o orçamento do Ministério da Saúde, em 2008, não alcança o de 1985, quando se utiliza o índice de inflação da Fipe para o setor da saúde". Para o senador, o relatório também indica uma clara orientação do presidente do Supremo, Gilmar Mendes, para que a população recorra à Justiça para garantir seus direitos.

– A população precisa saber disso: se não há [acesso a] cirurgia, remédio ou outros itens, deve-se acionar a Justiça – ressaltou Flávio Arns.

Relatório anual do Confea, proposto em projeto de Fernando Collor, recebe apoio de representantes de órgãos federais de fiscalização e controle

Área de fiscalização debate obras inacabadas

A ELABORAÇÃO DE um relatório com a discriminação das obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de ano, nas quais a União tenha aplicado recursos, ganhou o apoio unânime dos especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O relatório está previsto em projeto (PLS 58/08) de Fernando Collor (PTB-AL) determinando que o documento seja elaborado anualmente pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), com entrega até 31 de dezembro às comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do Congresso, ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria Geral da União (CGU) e ao Ministério Público da União.

Participaram do debate o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes; o diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU, Wagner Rosa da Silva; o assessor jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Ítalo Mitre Alves de Lima; e o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo.

Os debatedores também manifestaram apoio a projeto do senador Jefferson Praia (PDT-AM) – que presidiu a audiência pública na CMA. Pela proposta,

a União deverá criar um cadastro informatizado e unificado com todas as obras de engenharia e serviços a elas associados e custeados com recursos orçamentários (PLS 439/09).

Levantamento

Em 2006, lembrou André Luiz Mendes, o TCU fez um levantamento em que identificou 400 obras inacabadas no país. O estudo originou o Acórdão 1.188/07, encaminhado ao Ministério do Planejamento com a recomendação de criação de um cadastro geral.

Já o representante da CGU enumerou alguns dos motivos que impedem a conclusão de obras públicas no Brasil: início das obras sem recurso, desrespeito a questões ambientais, deficiência de projetos e planilhas inadequadas, entre outros.

Wagner Rosa da Silva também citou deficiências e irregularidades nas licitações, sobrepreços e projetos inconsistentes, pendências em regularização de terrenos, descompassos entre liberação dos recursos e execução das obras, além da “questão da ocorrência de fraudes na licitação, na contratação ou na execução”.

O representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Ítalo Mitre Alves de Lima, disse que precisa ser dada publicidade ao relatório a ser elaborado



André Luiz Mendes (TCU), Jefferson Praia e Wagner Rosa da Silva (CGU): apoio unânime a controle social das obras públicas

pelo Confea.

Por sua vez, o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, afirmou que a entidade defende a criação de normas que aprimorem o controle social sobre as obras públicas nas esferas federal, estadual e municipal.

– Reconheço o esforço do governo. Mas a estrutura dos estados e municípios, ao longo de 30 anos, foi desmontada em seu planejamento, controle e fiscalização. Os principais motivos [da paralisação das obras] são falhas em projetos executivos. Da forma como são contratados hoje, são projetos básicos. Temos que recuperar a cultura técnica perdida ao longo dos últimos 30 anos – afirmou.

Augusto elogia programa Empreendedor Individual

Augusto Botelho (PT-RR) elogiou ontem o programa Empreendedor Individual, do Ministério da Previdência Social. O programa formaliza os chamados “empresários informais” ou “autônomos”, permitindo a inscrição no INSS do dono da empresa e de apenas mais um empregado. Segundo Augusto Botelho, desde a sua implantação no ano passado, a iniciativa do governo foi responsável pela formalização de 178 mil trabalhadores.

O senador frisou que o candidato a empreendedor individual deve ter uma renda bruta anual de até R\$ 36 mil e que a meta é formalizar 1 milhão de pessoas até o final do ano.



Augusto Botelho

Virgílio registra campanha do Rotary contra pólio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou em Plenário encontro do qual participou, no Rotary Club de Manaus, na última terça-feira, por ocasião da campanha de erradicação da poliomielite, na Praia da Ponta Negra. A campanha, cujo slogan é “Acabe com a pólio agora”, recebeu apoio do Comando Militar da Amazônia, informou o parlamentar.

– É um trabalho muito bonito que leva alento às periferias brasileiras. Quero aproveitar o serviço útil ao meu país. As pessoas que ridicularizam instituições como o Rotary deveriam se reunir e trabalhar – defendeu o parlamentar em seu discurso.



Arthur Virgílio

Grupo de trabalho para o Código do Consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) constituiu grupo de trabalho, integrado por técnicos do Ministério da Justiça e da Biblioteca do Senado, para estudar os projetos que tratam do Código de Defesa do Consumidor, que completará 20 anos em setembro.

O anúncio foi feito por Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da CMA. Ele informou que a comissão realizará um ciclo de debates sobre o código, que começará hoje e prosseguirá nos dias 8 e 15 de abril. Serão analisados, com especialistas, os principais problemas e avanços do sistema nacional de defesa do consumidor.



Renato Casagrande

Mão Santa pede instalação de refinaria no sul do Piauí

O senador Mão Santa (PSC-PI) defendeu a construção, pela Petrobras, de uma refinaria de petróleo em Paulistana, no sul do Piauí. Ele lembrou que, há mais de duas décadas, se discute na estatal a implantação de uma unidade de refino naquela região. Para Mão Santa, um dos principais motivos para a escolha do município é o fato de o sudoeste piauiense ser o ponto central de um semicírculo que vai de Belém a Salvador, o que reduziria os custos de distribuição.

Mão Santa propôs ainda a construção de um terminal petrolífero no porto de Luís Correia, também município do Piauí, e de um gasoduto ligando Fortaleza, São Luís, Parnaíba e Teresina.



Mão Santa

Reis da Suécia recebem as boas-vindas de Sarney e Temer

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, receberam ontem, no Salão Nobre do Senado, o rei Carlos XVI Gustavo e a rainha Sílvia, da Suécia. Sarney lembrou, no encontro, o trabalho social da rainha em favor de comunidades pobres de todo o mundo, inclusive no Brasil.

A rainha, filha de mãe brasileira, disse que estava muito feliz em voltar ao Brasil – onde morou dos quatro aos dez anos – e em poder falar novamente em português com brasileiros, por quem tem grande carinho. Falou de suas raízes e garantiu que o fato de ter mãe brasileira e uma forte

identificação com o país é um elemento de união entre Brasil e Suécia. “Isso sempre nos uniu em casa, em família”, disse, em um português claro e sem qualquer sotaque estrangeiro.

O rei Carlos Gustavo, por sua vez, disse estar feliz e muito grato pela recepção em sua segunda visita ao país. Acrescentou que espera que sua visita intensifique as relações com o Brasil em todas as áreas, “relações que já duram cem anos”.

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, ressaltou que as relações entre Brasil e Suécia são proveitosas e amistosas, e que a visita é ainda um fator de maior aproximação.



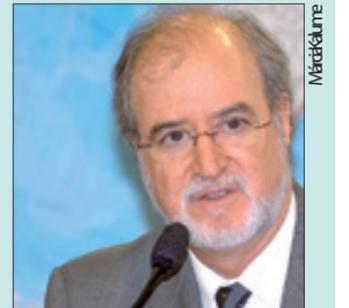
Entre Temer e Sarney, o rei da Suécia assina livro de visitantes do Senado

Azeredo defende caças suecos para modernizar a FAB

O parecer técnico da Aeronáutica sobre a compra de 36 aviões-caças para modernizar a Força Aérea Brasileira (FAB) aponta vantagens para o Gripen NG, da empresa sueca Saab. Foi o que disse ontem o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

– Ainda é um protótipo, um aperfeiçoamento do modelo que já existe, e por isso o Brasil teria condições de participar, com seus engenheiros aeronáuticos, do desenvolvimento do projeto – frisou.

Também estão na disputa



Azeredo: Brasil poderá participar do desenvolvimento do projeto

o modelo francês Rafale, da Dassault, e o norte-americano F-18 Super Hornet, da Boeing. Azeredo, que esteve com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, na audiência com o casal real sueco, disse que é a favor de “três critérios básicos: qualidade, transferência de tecnologia e preço”.